



CÂMARA MUNICIPAL DE POMPEIA

DIRETORIA

Processo N.º 7.848/85 de 19

Promovente: José Marques Campoy

Natureza: Projeto de Decreto Legislativo 01/85.

Assunto: Fixa a Verba de representação da Cm. Município de Pompéia

ANDAMENTO

A. C. de JUSTIÇA Em 25 de 03 de 85 José Marques Campoy Diretor da Secretaria	Relator - Var. José M. Campoy P. 25/3/85	Ao vereador Dr. Roberto Mauricio Borges P. 26/03/85	P. Roberto C. Justiz 27/3/85
A. C. de FINANÇAS Em 01 de 04 de 85 José Marques Campoy Diretor da Secretaria	P. Roberto C. Justiz 17/4/85	Ao VEREADOR Roberto MAURICIO BORGES Jure 3/4/85	P. Roberto C. Justiz 15/3/85

OBSERVAÇÕES:

19/07/85
21/06 - pag. 19.

Arquivado em _____

DIRETOR DA SECRETARIA

W

PROTOCOLO
PROC. N.º 7.848/85
25, 03, 85
Deu Yair Luiz Lopes.

X.D.L. 01/85.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/85

Fixa a verba de representação do Prefei
to Municipal nos termos da Lei Comple -
mentar nº 351, de 26 de junho de 1984 .

O Presidente da Câmara Municipal de Pompéia, Es-
tado de São Paulo, no uso de suas atribuições le-
gais, faz saber que a Câmara aprovou e ELE pro -
mulga o seguinte Decreto Legislativo :

Artigo 1º - A verba de representação do Prefeito
Municipal fica fixada em 120 (cento e vinte) Obrigações
Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN's) a partir de 1º
de fevereiro de 1985 até o final de seu mandato.


Artigo 2º - O presente Decreto Legislativo entra
rá em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrá-
rio, e em especial o Artigo 2º do Decreto Legislativo nº
02/82, de 06 de dezembro de 1982.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMPEIA, 25 DE MARÇO DE 1.985.


José Marques Campoy
Verificador

As comissões
competentes

25/03/85


Parecer da Comissão de Justiça e Redação ao
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/85

O presente Projeto de Decreto Legislativo fixa a verba de representação do Senhor Prefeito Municipal de Pompéia nos termos da legislação vigente.

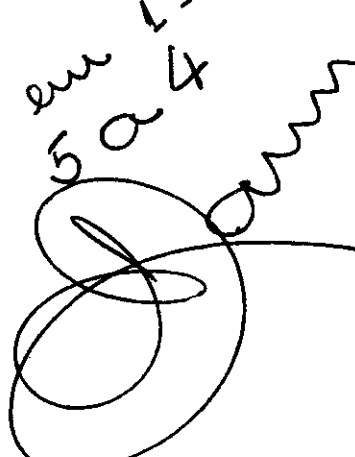
Trata-se de matéria de natureza legislativa de acordo com o item I do § 2º do artigo 55 de Regimento Interno desta Casa e de conformidade com a Lei Orgânica dos Municípios, artigos 25 (ítem VII e XII) e 38 (§ 1º), parágrafo este alterado pela Lei / Complementar nº 351 de 26 de junho de 1984.

Por um lapso no ato de elaboração do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/85 deixou-se de mencionar um artigo a respeito das verbas destinadas a atender as despesas com a execução do mesmo, motivo pelo qual apresentamos um substitutivo e que deverá ser apreciado e votado pelo douto Plenário em substituição à propositura ora em exame nesta Comissão.

Isto posto, somos pela legalidade.

Sala das Comissões,
Em 26 de março de 1985


José Marques Campoy
Relator

Aprovado em 1ª discussão
por 5 a 4


PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/85

Fixa a verba de representação do Prefeito Municipal nos termos da Lei Complementar nº 351, de 26 de junho de 1984.

O Presidente da Câmara Municipal de Pompéia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo :

Artigo 1º - A verba de representação do Prefeito Municipal fica fixada em 120 (cento e vinte) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN's) a partir de 1º de fevereiro de 1985 até o final de seu mandato.

Artigo 2º - As despesas com a execução do presente Decreto Legislativo correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento.

Artigo 3º - O presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, e em especial o artigo 2º do Decreto Legislativo nº 02/82, de 06 de dezembro de 1982.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMPEIA, EM 25 DE MARÇO DE 1.985.


José Marques Campey
Vereador

Parecer da Comissão de Justiça e Redação - Projeto DC. Legislativo nº 01/85

Assunto Fixa verba de representação do Sr. Prefeito Municipal de Tempéia.

P A R E C E R

O Projeto de Lei em pauta está amparado pelo Regimento interno e em consonância com a Lei Orgânica dos Municípios a respeito da verba de representação do Sr. Prefeito Municipal.

A legalidade do presente Projeto não ha nada a opor quanto ao mérito deixamos para avaliações e discussões em Plenário pois trata-se de um assunto controverso, polêmico e delicado.

Sala das Comissões, em 29 de Março de 1.985



Roberto Mauro Borges
-Vereador-


Em tempo

O art. 1º estáem desacordo pois diz "a partir de" e o correto deveria ser "retroagindo a".

De acordo com a correção acima.



Roberto Mauro Borges

De acordo com
o parecer do Vereador
Roberto M. Borges.
11. 10/4/85


PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS AO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/85

O referido Projeto, já devidamente analisado pela Comissão de Justiça, ~~em~~ que emitiu parecer quanto a sua legalidade, é dos mais justos e deve ser aprovado por esta Casa, pois a finalidade de Projetos dessa natureza é possibilitar aos agentes políticos um meio eficaz de socorrer o chefe do Executivo em suas necessidades, pois, diante do ritmo da inflação, vê diminuída a cada ano sua capacidade de representar condignamente seu Município.


A propositura ora em exame nesta Comissão de Finanças é um instrumento legal de atualização da verba de representação do Senhor Prefeito Municipal como determina a lei, o qual / nunca deve ser usado contra os supremos interesses do Município / de ser representado com dignidade pelo chefe do Executivo. Entender o contrário é um comportamento que só pode ser definido como mesquinho, pois, desvirtuando a finalidade de uma norma legal e esquecendo os interesses da coletividade, às vezes servem-se dela / para atingir o adversário político, ferindo, indiretamente, a dignidade do povo que o elegeu e o qual ele representa. É por isso / que a verba de representação existe e apenas uma imprevisível falência econômica do Município tornaria inviável a sua atualização / para dar ao prefeito condições de enfrentar a inflação que eleva / todos os dias o custo de vida.

Somos, portanto, favoráveis ao presente Projeto / de Decreto Legislativo.

Somos igualmente favoráveis à observação feita pelo vereador Roberto Mauro Borges em seu parecer sobre a matéria, na Comissão de Justiça e Redação, onde afirma que o artigo 1º está em desacordo pois diz "a partir de" e o correto deveria ser "retroagido ou melhor "retroagindo a".

Feita essa correção, o Projeto de Decreto Legislativo nº 01/85 estará apto para ser apreciado e votado pelos senhores vereadores.

Sala das Comissões, 03 de abril de 1985


Odair Aparecido Roque Botter
Relator

PARECER EM SEPARADO - COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO n.01/85

Conforme correspondências enviadas a este Legislativo pelo sr. Prefeito, a situação financeira do município não é satisfatória. Haja visto que a Câmara solicitou, dentre outras providências, que a Prefeitura lhe enviasse onze exemplares do Código Tributário de Pompéia, e a resposta foi que tais exemplares iriam honerar os cofres públicos.

O Prefeito da vizinha cidade de Marília, recebe hoje como subsídio, Cr\$1.805.000,- e a título de verba de representação 30 valores referências, que hoje monta em Cr\$2.639.910,- ou seja, um total de Cr\$4.444.910,-.

Sabemos que Marília, a Capital da Alta Paulista, conta atualmente com 140.000 habitantes e sua receita no exercício de 1984 foi de seis bilhões de cruzeiros, enquanto Pompéia, conta com aproximadamente 20.000 habitantes e sua receita de 1984 foi de Cr\$1.217.800.000,-

Necessário lembrar, que o Prefeito de Pompéia tem a sua disposição o veículo de seu gabinete, com combustível pago, e quando viaja, todas as despesas são pagas pelos cofres da Municipalidade.

Assim, diante da situação financeira do Município de Pompéia, como alega o próprio Prefeito, somos contrário a alteração da verba de representação do mesmo.

Sala das comissões, 17 de abril/1985

Walter Augusto Soares

*De acordo com o Plano
Lem. 17/12/85*

Aprovado
por S a 4
27/05/85

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pompéia

Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 111 do Regimento Interno, a concessão de urgência para a discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/85, de nossa autoria.

JUSTIFICATIVA

A apresentação deste requerimento solicitando urgência na discussão e votação do referido Projeto de Decreto Legislativo prende-se ao fato de que sucessivos pedidos de vista vêm sendo feitos, prejudicando assim a sua apreciação pelos senhores vereadores.

Entendemos que, visto que já fez dois meses que o mesmo vem tramitando nesta Casa, já deu tempo suficiente para os nobres pares tomarem conhecimento de seu inteiro teor, realizarem pesquisas e levantamentos em outras cidades a respeito do assunto, apresentarem emendas e formarem opinião a respeito, não podendo pairar, portanto, qualquer dúvida que justifique novos pedidos de vista.

Esperamos que o douto Plenário desta Casa vote favoravelmente a este requerimento, possibilitando assim que apreciemos o Projeto de Decreto Legislativo 01/85 na Ordem do Dia das sessões convocadas para esta data.

Sala das Sessões,
Em 27 de maio de 1985

José Margarete Campoy

Emenda ao

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

No artigo 1º, onde se lê:


"120 (cento e vinte) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN's) a partir de 1º de fevereiro de 1985",

LEIA-SE:

"10 (dez) Salários Mínimos a partir *da data de*
sua publicação"

Sala das Sessões,

03 de junho de 1985.


Odair Aparecido Roque Botter
Vereador